

Carta ao Leitor

Car@ leit@r,

Temos o prazer de apresentar a **30ª Edição da Revista da CGU**, marco importante em nossa trajetória de promoção do conhecimento sobre governança e controle no setor público. Para celebrar a data, reunimos o *Dossiê especial* “**Integridade Pública: Uma Agenda Emergente no Setor Público**” — continuidade de um percurso iniciado, de forma ousada, com o **Programa de Fomento à Integridade Pública** (Portaria CGU nº 784/2016) e reforçado pelo **Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI)**, que completa dois anos neste mês de maio. Os textos aqui publicados convidam à reflexão sobre a integridade não apenas como virtude individual, mas, sobretudo, como atributo institucional indispensável à legitimidade e à capacidade das organizações de cumprir seu propósito público.

O Dossiê foi coordenado pelos editores convidados **Fernanda Odila** (Universidade de Bologna), **Anna Petherick** (Universidade de Oxford) e **Pepe Tonin** (Universidade de Sussex), cujos esforços editoriais deram coesão a uma agenda que combina pesquisa aplicada, discussão teórica e análise de práticas organizacionais voltadas à promoção da integridade pública. Contamos, ainda, com a contribuição especial de **Nikolas Kirby**, professor da Universidade de Glasgow, Escócia.

Os seis artigos que compõem o Dossiê especial são apresentados a seguir no texto “**Integridade em Construção: Reflexões e Experiências na Administração Pública Brasileira**”. Os estudos exploram, a partir de diferentes metodologias e objetos empíricos, os elementos centrais da integridade pública - clareza de propósito, legitimidade, eficiência, inovação, diversidade e sistemas de apoio para aprendizagem institucional - e investigam por que tais elementos são difíceis de implementar. Estes artigos reforçam a necessidade de fortalecer as organizações do setor público para responderem, de forma legítima, às demandas da sociedade.

Fora do Dossiê especial, mas em diálogo direto com seu tema central, publicamos o artigo intitulado “**Instrumentos de resolução negociada da corrupção empresarial no Brasil e as Recomendações da OCDE**”, no qual Tiago Pinheiro e Raquel Pimenta comparam acordos de leniência e acordos de não persecução civil, adotados no Brasil, aos parâmetros da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 1997, e de demais recomendações do organismo internacional. Ao investigar convergências e lacunas, os autores fornecem insumos valiosos para o aperfeiçoamento dos mecanismos anticorrupção e para a consolidação de uma agenda de integridade pública alinhada a padrões internacionais.

Esperamos que esta Edição estimule novas pesquisas, inspire melhorias concretas e fortaleça o compromisso de todos com uma administração pública íntegra, inovadora e responsiva.

Boa leitura!

Ronald da Silva Balbe

Editor-chefe da Revista da CGU